



# Ministério de Minas e Energia

## Comitê Interno de Governança do MME

---

### SINOPSE DE MEMÓRIA DE REUNIÃO

**Data:** 12 de novembro de 2020

**Horário:** 10h:51 (partes 1 e 2) até as 14:30 e das 18:10h até as 19:30 (partes 3 e 4)

**Local:** Videoconferência a partir do TEAMS® Microsoft

**Participantes:** conforme lista em anexo.

#### 1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia (MME), Sr. Bruno Eustáquio de Carvalho (BEC), que inicialmente agradeceu a participação de todos e, na sequência, enfatizou os objetivos, os princípios e as diretrizes que regem o Comitê de Governança do MME e destacou o Decreto que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal. (Decreto nº 9.203/2017). Na sequência apresentou os assuntos da pauta da reunião, quais sejam:

- I – Atendimento, pelas Secretarias, às demandas da reunião anterior do Comitê;
- II – Governança regulatória;
- III – Política de relacionamento com partes interessadas;
- IV – Planejamento estratégico (efetividade);
- V – Lei geral de proteção de dados – LGPD; e
- VI – Ações de integridade.

#### 2. APRESENTAÇÃO ACERCA DOS PONTOS PAUTA

Ato seguinte, a palavra foi dada para os representantes das Secretarias que abordaram os assuntos previstos na seguinte forma.:

##### 2.1 SGM (representada pelo Diretor Ricardo Monteiro)

- ratificação dos nomes indicados como pontos focais, constantes do Despacho no processo SEI e da apresentação da reunião, que estarão envolvidos nos assuntos relacionados ao atendimento dos encaminhamentos estabelecidos nas reuniões do Comitê.

- destacou o Decreto nº 10.531 de 2020, que trata da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, que é orientador e tangencia a parte da mineração.

- sobre o planejamento estratégico sinalizou a necessidade de revisão de alguns indicadores, também em conformidade com o Decreto nº 10.531/2020 e com o PPA 2020-23, e que a SGM está trabalhando nas atualizações.

- quanto aos projetos prioritários, apresentou informações sobre a situação atual dos projetos e, entre eles, os das áreas que já foram leiloadas, manifestando a necessidade de

reunião específica sobre os projetos para uma possível revisão e/ou atualização.

- informou sobre o Termo de Execução Descentralizada - TED firmado com o IPEA sobre 4 estudos: impactos de novas tecnologias – lítio e grafite, exportações commodities minerais brasileiros e relatório da conjuntura de 2020.

- sobre os conteúdos para a Mensagem Presidencial, apresentou os tópicos que estavam sendo abordados e o que deverá ser revisto com o enfoque em melhorias inerentes à dimensão social.

- sobre o tema Gestão da Governança Regulatória, a SGM informou que os trabalhos com realizados com a Agência Nacional de Mineração – ANM e com a CPRM.

- a respeito da proposta de instituir um selo de integridade – do MME - apresentou sugestões que estão elencadas no respectivo processo que trata do assunto.

## **2.2 SPG** (representada pelo Secretário-Adjunto – João Souto)

- apresentou os nomes dos pontos focais para a questão de gestão de riscos.

- destacou os assuntos identificados na avaliação dos riscos no âmbito da SPG, entre os quais:

- 1) Na rodada do excedente da cessão onerosa - Sépia e Atapu. Proposta de nova modelagem.
- 2) Alteração na Lei 12.351/2020;
- 3) Áreas de fronteira exploratória em mar no Brasil;
- 4) A estrutura tributária do setor de gás natural;
- 5) Integração entre os setores elétrico e de gás natural;
- 6) Marco legal do novo mercado para o setor de gás natural;
- 7) Ausência de investimentos privados em infraestrutura no processo dos combustíveis;
- 8) Fornecimento primário de combustíveis;
- 9) Prática de preços de combustíveis;
- 10) Pontos no mercado de biodiesel;
- 11) Questão tributária entre o etanol nacional e importado; e
- 12) Pontos na questão dos biocombustíveis.

- esclareceu que todos os riscos – sem exceção – são objetos de acompanhamento e monitoramento incluindo ações internas e também junto a instâncias externas. Esclareceu ainda que os riscos estão mapeados por Departamentos e as suas respectivas competências e que cada Diretor tem a responsabilidade de cuidar do monitoramento e das tratativas e providências necessárias.

- sobre os temas prioritários e o planejamento estratégico apresentou a situação atual dos projetos e informou que estão atualizados.

- quanto o conteúdo para a Mensagem Presencial informou que uma parte já foi encaminhada para a AEGE e que na sequência encaminharão a complementação.

- por último, fez também uma apresentação informando sobre os Resultados de 2020 e as metas para 2021.

**2.3 SPE** (representada pelo Secretário Paulo Cesar e, nos desdobramentos, pelo Adjunto Marcelo Cabral).

- indicação dos pontos focais da SPE.

- exposição sobre o item gestão de riscos em atividades/processos de trabalho,

destacando os pontos que consideram de mais atenção. Na parte da Segurança energética e ambiente de confiança e inovação e competitividade para o setor de energia e mineração, são: os leilões de transmissão; e o planejamento dos Sistemas Isolados.

- ainda sobre gestão de riscos esclareceu que na SPE o mapeamento, o monitoramento, providências e a responsabilidade também estão distribuídos por Departamentos e Coordenações com o acompanhamento da direção. Informou, ainda, que foram identificadas oportunidades de melhorias e que estão trabalhando para isto.

- em paralelo, comentou que a questão da existência de poucos servidores é sensível na Secretaria.

- esclareceu sobre o andamento das ações do Planejamento Estratégico e que são 4 ações identificadas: Leilões de Energia Nova A-4 e A-6; Leilão de LT 1/2020; PDE/PNE e PISF, que as informações e dados a respeito estão devidamente atualizados.

- com relação a Mensagem Presidencial esclareceu que as informações da SPE já haviam sido enviadas para a AEGE/SE com vistas à respectiva consolidação.

- apresentou os Resultados de 2020 destacando: análise de alternativas para a redução dos custos de energia para a operação do PISF; Elaboração do Plano Decenal de Energia 2030 (PDE 2030); Elaboração e Aprovação do Plano Nacional de Energia - PNE 2050; Integração dos Setores de Energia e Gás Natural; Carvão Mineral; Início da Elaboração do Plano Decenal de Eficiência Energética; Início da Elaboração do Plano de Compulsoriedade da Etiquetagem de Edificações e seu respectivo Estudo de Impacto Regulatório; Aprovação do novo regulamento técnico para etiquetagem de edificações comerciais, de serviços e públicos; os atos de autorização para geração de energia elétrica, advindos do Leilão nº 04/2019-ANEEL (A-6); os atos de extinção de concessão para geração de energia elétrica e extinção de autorizações para geração, destinada ao serviço público; os atos para autorização para importação e/ou exportação de energia elétrica com a República da Argentina e com a República Oriental do Uruguai; os atos de extinção de concessão para geração de energia elétrica e extinção de autorizações para geração, destinada ao serviço público e as portarias de enquadrando projetos de geração e transmissão de energia elétrica ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI e indeferindo de requerimento.

- por último, sobre as metas para 2021 elencadas mencionou os leilões de sistemas isolados, de transmissão, plano de obras para modernização das conversoras de Itaipu, e outras questões tais como: Uniformização dos critérios de planejamento e a Revisão da Portaria MME nº 444 de 2016, margem de escoamento.

**2.4 SEE** (representada inicialmente pelo Secretário-Adjunto Domingos Andreatta e, em seguida pelo seu Assessor)

- apresentou a indicação de pontos focais, como solicitado pelo Comitê.

- informou que inicialmente o tema principal para o conteúdo da Mensagem Presidencial era o Programa Mais Luz para Amazônia, no entanto, tendo em vista as diretrizes apresentadas pela AEGE/SE, estão elaborando novas informações para posterior encaminhamento, uma vez que o prazo estabelecido é 4 de dezembro de 2020.

- sobre o Planejamento Estratégico informou sobre alguns indicadores, tais como a expansão da capacidade instalada, cuja meta é em torno de 2.000 MW, sendo realizado até setembro 1.800 MW; e de outro indicador importante que é a expansão das linhas de transmissão, cuja meta de 9.000 km e realizados até setembro 4.500 km.

- sobre outros novos indicadores, estão sendo trabalhados para atualização mensal, informações sobre os Programas Luz para Todos e Mais Luz da Amazônia, uma vez que a

contabilização era anual. Também estão sendo trabalhados déficit de energia elétrica, o índice de universalização rural e a redução do subsídio que envolvem a CDE.

- informou, também, que os riscos, na SEE, estão igualmente mapeados e distribuídos pelos Departamentos e os seus responsáveis. Destacou ainda 2 riscos importantes: a expectativa anual da geração e da transmissão e o monitoramento dos empreendimentos de geração e transmissão para garantir o suprimento energético com qualidade e tarifa justa.

- finalizando, foi apresentada síntese dos temas prioritários da SEE, as contribuições para a questão do selo de integridade, e sobre os resultados de 2020 e perspectivas para 2021. Informações que foram encaminhadas no Processo SEI correspondente.

## **2.5 AEGE**

Considerando que todas as Secretarias já haviam feito suas apresentações, pediu a palavra o Assessor da AEGE, Jairez Elói, para abordar dois assuntos específicos entre os que foram tratados – os quais foram enfaticamente objeto de recomendação de máxima atenção, feita com orientação rigorosa, pelo Sr, Secretário-Executivo Adjunto – quais sejam:

- ⇒ a devida atenção e celeridade para a consolidação e entrega das informações relativas aos resultados de 2020 e as perspectivas 2021, pois serão apresentadas ao Ministro no mês de dezembro;
- ⇒ a necessidade de ampliar as abordagens e o alcance da gestão de riscos assegurando abrangência de todos os segmentos de atividades essenciais. Considerando que os desafios e o alcance da gestão de riscos em atividades extrapolam os limites físicos da atuação do MME e devem ir muito além, que há de se perseguir mecanismos ao nível da alta direção e nas dimensões estratégica e tática que materializem maior interação e articulação com as Instâncias externas responsáveis, como, por exemplo em para casos de situações críticas, as convergências e os alinhamentos das matrizes de riscos da ANEEL – como órgão de regulação/fiscalização, do ONS com o seu papel de operação sistêmica do SIN, do DMSE/SEE e em especial do CMSE – Colegiado de competências preponderantes em relação a acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional e que conta com a participação das principais instâncias de governança do setor elétrico.

## **2.6 GOVERNANÇA REGULATÓRIA**

Assunto também apresentado na reunião foi sobre o que está sendo pensado na avaliação das práticas regulatórias com as Agências Reguladoras.

A representante da AEGP/SE apresentou informações sobre uma pesquisa a respeito de governança regulatória. Que a pesquisa envolve duas atuações. A primeira no nível macro, onde a governança confere estabilidade regulatória, credibilidade para o investidor e atração de investimento de longo prazo. No nível operacional, a pesquisa funcionará como incentivo incremental para as agências modificarem comportamentos e avaliação do processo decisório.

- esclareceu que foi realizada uma revisão bibliográfica para esse trabalho, avaliando o contexto internacional, e a política regulatória da OCDE. Destacou que foram revisitadas

manifestações do TCU, referenciais básicos na área da governança na administração pública levantados pela ENAP. Todo esse trabalho foi necessário para fechamento das premissas, na busca de verificar se essas premissas estariam aderentes e contempladas nos níveis em que Brasil se encontra.

- o ponto de destaque e atenção, apresentado, foi em relação a comunicação que requer se pensar em uma estratégia de comunicação. Pois uma comunicação errada pode inviabilizar todo o trabalho. Outro ponto abordado foi a questão de se ter uma avaliação jurídica sobre essa atividade, para não ter extrapolação de competência.

- por último, mencionou também como ponto de atenção que diz respeito a aproximação com as agências.

## **2.6 L G P D**

Na segunda parte da reunião, que foi realizada no final do mesmo dia, foram abordados os temas: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Sobre a LGPD, as informações foram apresentadas pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) – Hélio Garcia - incluindo pontos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), do Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e da instrução normativa DEGDI nº 100, de 19 de outubro de 2020 que Dispõe sobre a indicação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais nos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

- informou que existem 3 agentes nesse normativo. Agentes de tratamentos que são o controlador e o operador. São pessoas que respondem por qualquer vazamento de dados, a responsabilidade é solidária.

- destacou que como existem inúmeros dados armazenados e que envolvem muito volume, por exemplo os cartões de visitas e as Listas de Reuniões, há necessidade imperiosa de ser realizado um inventário de tudo que exista no MME e que contenha Dados Pessoais de quaisquer pessoas, internas ou externas ao Ministério. Sugeriu, portanto que cada segmento tenha a figura do operador, pelo menos nesse início de trabalho, e que este seja o responsável por realizar tal inventário.

- informou que o terceiro agente é o encarregado. O Ministério deverá nomear o encarregado e encaminhar para o Ministério da Economia até o dia 22 de novembro de 2020.

- a segurança e o sigilo dos dados são pontos para serem observados. Destacou que a CGRH, a ASPAR, a Ouvidoria e o SIC são aquelas Unidades que devem ter atenção redobrada pois possuem mais interação com o público externo.

- destacou pontos de atenção que devem ser observados, tais como o cartão de visita recebido, em todos os setores, desde o Gabinete do Ministro até uma Divisão ou Assessoria, da mesma forma as Listas de reuniões, fichas de cadastro de Estagiários, Curriculum Vitae de servidores ou pessoas de interesse do Ministério, pedidos de lavra, registro de diretores e funcionários de empresas vinculadas, etc, todos esses documentos onde constam dados pessoais. Assim, existem muitos documentos e papéis sensíveis que possuem dados pessoais e que devem ser tratados em todos os setores.

- citou os produtos que o MME deverá implementar, quais sejam: Inventário dos

dados pessoais; a elaboração e revisão dos normativos e sensibilização e capacitação de todos os servidores. Informou que a SPOA já vem adotando alguns procedimentos visando a proteção de dados pessoais, principalmente na área de RH e de TI, além de cláusula a ser incluída nos contratos de prestação de serviços, principalmente, mas entende que este não é um problema apenas da SPOA e que há necessidade de uma política de Proteção de Dados que envolva todo o Ministério, e assim propõe que este Comitê de Governança avalie tal proposta e implemente as atividades necessárias ao que é apresentado e exigido pela LGPD.

- ponderou que esse tema deverá ser levado para o Ministro e para a Secretária-Executiva e demais autoridades que não participam da reunião.

- propôs a criação de Grupo de Trabalho para que se possa avaliar a estratégia de governança, conformidade e mapeamento de dados junto às áreas do MME que lidam com dados pessoais com maior volume e frequência, e a formalização de um documento que regulamente as atividades de tratamento constantes na LGPD, talvez com o título de Política de Proteção de Dados Pessoais para o MME.

## **2.7 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Sobre segurança da informação a AECI informou que elaborou proposta de Portaria sobre a segurança da informação, que com o recebimento do relatório PNPC precisou revisitar a minuta elaborada.

Destacou pontos do SEI, de criptografia e os níveis de acesso quando da elaboração dos documentos, os quais precisam de aprimoramentos.

Informou que existe a necessidade de serem designados gestores para desempenhar atividades específicas, tais como: segurança das informações e credenciamento de segurança, bem como seus substitutos; havendo igualmente normativos que estabelecem DAS mínimo para determinados cargos/funções.

## **2.8 AÇÕES DE INTEGRIDADE**

Sobre o tema integridade, o representante da AEGE/SE iniciou sua exposição destacando o contexto do tema na administração pública federal, os comandos legais e infralegais que direcionam os órgãos para uma boa governança em integridade.

Destacou as vertentes já iniciadas, código de ética, a cartilha de riscos à integridade, política de relacionamento com as partes relacionadas, complementação orientativa acerca do Decreto que estabelece requisitos para audiências, bem como abordou também a iniciativa para a criação do Selo MME de integridade.

O Secretário-Executivo Adjunto agradeceu pela apresentação e pelos relatos apresentados pelas áreas, o que demonstra as inúmeras atividades e entregas que são realizadas pelo MME.



# Ministério de Minas e Energia

## Comitê Interno de Governança do MME

### 3. ENCAMINHAMENTOS:

Secretarias e respectivas equipes técnicas aprofundarem conceito de gestão de riscos. Avaliar se esses riscos estão interagindo com as dimensões e os objetivos do planejamento estratégico do MME, observando, inclusive, as avaliações das instituições vinculadas. Ponderou ainda, observar uma classificação e o grau de impacto para o enfrentamento e mitigação. Complementarmente, os seguintes encaminhamentos foram apresentados e apreciados, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Resumo dos encaminhamentos

Responsável	Ação	Produto
AEGP/SE + SGM	Realizar reunião com a SGM sobre os projetos prioritários.	Validação da carteira de projetos SGM
AEGP/SE	Dar ciência formal ao processo de estruturação da quantificação da governança regulatória (reunião com secretários e reguladores).	Validação junto às Secretarias finalísticas, CONJUR, reguladores e AEGE.
AEGE/SE + SGM + SPE	Realizar reunião com a SGM sobre as ações da área de mineração no Planejamento Estratégico (PEMME). Interagir com a Eletronorte sobre o sistema de gestão de riscos. Realizar Reunião de Avaliação Operacional do PE.	Atualização das ações da SGM no âmbito do PEMME. Aperfeiçoamento no sistema de gestão de risco.
AEGE/SE	Portaria de Reunião com Parceiro Privado	Portaria
AEGE/SE	Apresentar Selo de Integridade.	Proposta de Selo de Integridade.
SGM + SPOA	Apresentar proposta de aperfeiçoamento do monitoramento regulatório com a ANM, abordando todas as frentes (orçamentária, regulatória e técnica).	
SEADJ+AEGE+SPG	Mapeamento e atualização de riscos.	Atualização matriz de risco SPG.
SPOA	Verificar oportunidades de cursos de capacitação no tema da gestão de riscos.	Proposta de oportunidades na matéria de gestão de riscos.
SPOA	Providenciar lista de indicados para escolha do encarregado e formalizar a instituição do GT voltado para LGPD.	Nomes para o GM Portaria instituindo GT.
AECI	Providenciar Portaria de Segurança da Informação.	Portaria Publicada.
ASCOM	Providenciar canal de disponibilização das informações do Comitê no site do MME	Link no site para disponibilização das informações

Após apresentação dos encaminhamentos, foi aberta a palavra e, não restando nenhuma observação a reunião foi encerrada as 19:00.